



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

SAÍDA 08/10/18 00011319

Exmo. Senhor  
Eng.º João Manuel Pereira Teixeira  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
Rua Alexandre Herculano, 37, São Mamede  
1250-102 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2018/471634 (C.S:1296580)
		Data	08/10/2018
		Proc.º n.º	2008/1(647) (C.S:178977)
		Cód.Manual	

**Assunto:** Proposta final do PDM de Ferreira do Zêzere - emissão de parecer.  
Ferreira do Zêzere

**Requerente:** CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do(a) Sr.(a) Subdiretor Geral de 03/10/2018, foi emitido parecer **Favorável condicionado** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, da Portaria n.º 1474/2009 de 16 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, Decreto-lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, e do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio.

Com os melhores cumprimentos.

Maria Catarina Coelho  
Diretora do Departamento dos Bens Culturais

MCC/PC



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

**Assunto :** Proposta final do PDM de Ferreira do Zêzere - emissão de parecer.

**Requerente :** CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Local :** Ferreira do Zêzere

**Servidão**

**Administrativa :**

**Inf. n.º:** S-2018/470733 (C.S:1294267)  
**N.º Proc.:** DRL-DS/2002/14-11/18578/PDM/415  
(C.S:178977)

**Cód. Manual**

**Data Ent. Proc.:** 25/09/2018

---

Subdiretor Geral David Santos a 03/10/2018

Aprovo nos termos propostos

---

Diretora do DBC, Maria Catarina Coelho a 02/10/2018

Concordo. À consideração superior.

---

Chefe de Divisão da DSPAA, Carlos Bessa a 28/09/2018

Concordo. Proponho aprovação condicionada nos termos das informações de arquitectura e de arqueologia.  
À consideração superior.

---

**INFORMAÇÃO n.º 1803/DSPAA/2018**

**data:** 25.09.2018

**cs:178977**

**processo n.º:** 2002/14-11/18578/PDM/415

**RJUE n.º:**

**assunto:** Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

## **SERVIDÃO ADMINISTRATIVA**

A presente numeração é apenas indicativa e segue a citada no regulamento e planta de condicionantes.

### **Designação - Categoria de Proteção - Diploma de Classificação - Diploma de ZEP**

- 1- Pelourinho de Águas Belas - Classificado como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933 -
- 2- Igreja matriz da freguesia de Areias - Classificada como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944 -
- 3- Ruínas da Torre do Langanhão - Classificada como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 32 973, DG, I Série, n.º 175, de 18-08-1943 -
- 4- Pelourinho de Pias - Classificado como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933 -
- 5- Igreja da freguesia do Beco - Classificada como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 32 973, DG, I Série, n.º 175, de 18-08-1943 -
- 6- Igreja de Dornes - Classificada como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 32 973, DG, I Série, n.º 175, de 18-08-1943 -
- 7- Torre de Dornes - Classificada como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 32 973, DG, I Série, n.º 175, de 18-08-1943 -
- 8- Capela de São Pedro do Castro - Classificada como imóvel de interesse público (IIP) - Decreto n.º 32 973, DG, I Série, n.º 175, de 18-08-1943 -
- 9 - Gruta de Avecasta - Classificado como sítio de interesse público (IIP) - Portaria n.º 170/2013, DR, 2.ª série, n.º 67, de 5-04-2013



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

## **ENQUADRAMENTO LEGAL**

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.
- Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, orgânica das Direções Regionais de Cultura.
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural.
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.
- Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhe são aplicáveis.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei nº 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

## **PARECER DE ARQUITETURA**

### **ENQUADRAMENTO**

1. A signatária foi nomeada (suplente) por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da DGPC de 17-07-2018, tendo sido remetido ofício à CCDRLVT com a designação das representantes em 19-07-2018.
2. A presente informação técnica decorre da apreciação dos documentos remetidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, via e-mail.

### **ANÁLISE TÉCNICA**

#### **1. Caracterização da proposta**

É apresentada a proposta relativa à revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, destacando-se na presente apreciação alguns documentos, decorrentes da análise no âmbito do património classificado:

- Relatório do Plano
- Estudos de Caracterização
  - 11. Património
    - Fichas de Caracterização – Património Arquitetónico
- Planta do Património Arquitetónico
- Relatório Ambiental
- Regulamento
- Planta de Condicionantes

#### **2. Apreciação**

##### **2.1. Relatório do Plano**

O relatório aborda especificamente o património cultural no capítulo 5 – *CONDIÇÃO URBANA – Dinâmicas Culturais e Patrimoniais*, compreendendo:

- *património arquitetónico – património classificado; o património inventariado; núcleos urbanos, rurais, conjuntos edificados,*
- *património arqueológico – património classificado*

2.1.1. Não é indicada a lista do património arquitetónico inventariado, conforme é apresentado para o património classificado e para os núcleos urbanos, rurais e conjuntos edificados.

##### **2.2. Estudos de Caracterização**

11. *Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural, Núcleos Urbanos e Rurais*

###### **2.2.1. «1.Introdução – Património: Conceito e dimensão»**

Refere-se: «Manter as populações atualmente residentes, no centro da cidade, preservar a morfologia urbana, manter o equilíbrio entre o construído e o ambiente natural, recuperar a vivência das festas tradicionais desaparecidas, são iniciativas que contribuem para a preservação do Património Cultural».



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

2.2.2. Considerando que a expressão “património cultural” traduz um conceito específico, definido nos termos da legislação, considera-se que a sua referência, neste contexto, não será a mais adequada, podendo escrever-se apenas “património”.

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

*Artigo 2.º Conceito e âmbito do património cultural*

1 – (...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunho com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização.

2.2.3. «1.1. *Objetivos*»

Refere-se: «Sendo o Município competente em matéria de salvaguarda do património, compete-lhe, em paralelo com os critérios definidos pela DGPC, estabelecer políticas e estratégias de intervenção (...);»

2.2.4. Considera-se de especificar o texto atrás citado, nos seguintes termos:

«Sendo o Município competente em matéria de salvaguarda do património compete-lhe, no âmbito da salvaguarda do património cultural, estabelecer, em articulação com DGPC, políticas e estratégias de intervenção, (...)».

2.2.5. «2.1. *Fichas de inventário arquitetónico - 2.1.1. Património arquitetónico classificado*»

São apresentadas fichas de caracterização relativas a cada imóvel.

A designação dos bens imóveis deverá estar conforme a que consta nos respetivos diplomas de classificação.

### **2.3. Planta do património arquitetónico**

2.3.1. A referida planta deverá identificar os bens imóveis classificados.

### **2.4. Relatório Ambiental**

O Património Cultural constitui um dos fatores ambientais considerados na revisão do PDM, integrando os Fatores Críticos de Decisão – Desenvolvimento económico, Património e Paisagem, Riscos Naturais e Tecnológicos e Governança.

### **2.5. Regulamento**

2.5.1. No presente regulamento, a salvaguarda do património cultural, está contemplada nos seguintes Artigos:

- 6.º, 7.º, do Título II – *Servidões e Restrições de Utilidade Pública*,
- 24.º, 25.º, 26.º e 27.º do Título III, - *Salvaguardas - Capítulo II – Sistema Patrimonial*.

2.5.1.1. Artigo 6.º

Onde se lê: «2. Património



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

- a) Imóveis de Interesse Público (IIP) e respetivas zona de proteção geral (50m)»,  
deverá constar: «2. Património Cultural e respetivas zonas de proteção  
a) Imóveis de interesse público (IIP)»

2.5.1.2. A designação dos imóveis classificados deverá coincidir com a que consta nos respetivos diplomas de classificação (informação disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>

#### 2.5.2.3. Artigo 24.º - *Identificação*

Refere-se: «1. O património classificado corresponde a imóveis singulares ou a conjuntos de imóveis que, pelo seu interesse cultural histórico ou arquitetónico, devem ser alvo de medidas de proteção e valorização, delimitado na Planta de Condicionantes – Recursos Naturais, Património e Infraestruturas».

Considera-se que o presente ponto pretende referir-se ao disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei 107/2001 de 8 de setembro «Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.»

Refere-se: «2. O património classificado compreende os imóveis e sítios classificados de Interesse Público»  
Embora atualmente no concelho de Ferreira do Zêzere só existam classificações como de interesse público, a situação de eventuais alterações futuras deverá ficar salvaguardada, uma vez que as listagens de bens imóveis poderão ser atualizadas com novas classificações, pelo que se considera que a redação deverá ser: «O património classificado compreende, atualmente, apenas classificações como de interesse público».

#### 2.5.3.4. Artigo 25.º - *Regime*

Em vez de: «Ao património classificado e respetivas zonas gerais e especiais de proteção, aplicam-se as condicionantes previstas na legislação em vigor, nomeadamente:»,  
deverá constar: «Ao património classificado e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção, aplicam-se as condicionantes previstas na legislação em vigor, nomeadamente:».

Nas alíneas:

Onde se lê: «a) Nos bens imóveis classificados de interesse nacional ou público, qualquer intervenção ou obra, carece de autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração do património cultural»,

deverá constar: «a) Nos bens imóveis classificados de interesse nacional ou público e em vias de classificação, qualquer intervenção ou obra, carece de autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração do património cultural»,



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

Onde se lê: «b) O pedido de informação prévia, de licença ou consulta prévia, relativos a obras ou intervenções em imóveis classificados, ou em vias de classificação, inclui obrigatoriamente um relatório prévio elaborado nos termos previstos na legislação em vigor neste âmbito.»,

deverá constar: «b) O pedido de informação prévia, de licença ou consulta prévia, relativos a obras ou intervenções em imóveis classificados e em vias de classificação, inclui obrigatoriamente um relatório prévio e ainda a entrega de um relatório final elaborados nos termos previstos na legislação em vigor.»

c) Refere-se: «Nas zonas de proteção de bens imóveis classificados e em vias de classificação sujeitas a licenciamento, comunicação prévia ou autorização de utilização ou legalizações previstas no regime jurídico da urbanização e edificação, carecem de prévio parecer favorável do órgão legalmente competente da administração do património cultural»

Tratando-se do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, entende-se que o mesmo deverá ser respeitado, adotando-se a seguinte redação:

«Nas zonas de proteção dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação, todas as operações urbanísticas (com exceção das obras de mera alteração no interior dos imóveis) ou trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, a altura das fachadas, e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios carecem de parecer prévio favorável do órgão legalmente competente.»

d) Em vez de: «A alienação de bens imóveis classificados, ou localizados nas respetivas zonas de proteção», deverá constar: «A alienação de bens imóveis classificados ou em vias de classificação ou localizados nas respetivas zonas de proteção».

e) Em vez de: «Nos bens imóveis classificados, de interesse nacional ou público e de valor concelhio», deverá constar: «Nos bens imóveis classificados, de interesse nacional ou público, em vias de classificação e de valor concelhio».

## **2.6. Planta de Condicionantes**

### **2.6.1. *Planta de Condicionantes: Recursos Naturais, Património e Infraestruturas***

Considera-se que a planta deverá designar-se:

«Planta de Condicionantes - Recursos naturais, património cultural e infraestruturas» atendendo a que, relativamente ao património, identifica apenas os bens imóveis classificados.

### **2.6.2. Deverá proceder-se ainda às seguintes correções na legenda:**

Em vez de «9- GRUTA DE AVECASTA - (SIC e ZPE)»

Deverá constar «9- GRUTA DE AVECASTA - (SIP e ZEP)»

Em vez de «Zona de proteção geral (50m)»

Deverá constar «Zona geral de proteção (ZGP) (50m)»





**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

**PROPOSTA DE DECISÃO**

No âmbito da salvaguarda do Património Cultural propõe-se, nos termos legais em vigor:

- ☐ Não há lugar à emissão de parecer
- ☐ Aprovação
- ☐ Não aprovação
- ☒ Aprovação condicionada, nos termos do ponto n.º 2 da análise técnica da presente informação.

**À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR**

---

*Patrícia Zimbarra*  
**TÉCNICA SUPERIOR**



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

## Parecer Técnico de Arqueologia

### Antecedentes:

- 06.02.2009 – Informação nº 70/09 – 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere. Neste âmbito oficiou-se a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere que “...o património arqueológico não classificado deverá constar da Planta de Ordenamento e que na Planta de Condicionantes deverão ser incluídos os elementos patrimoniais arquitetónicos e arqueológicos que se encontrem classificados, ou, em vias de classificação (exemplo, da Gruta da Avecasta), com a delimitação das respectivas áreas de protecção.”
- 08.02.2011 – Informação nº 110/2011 - Análise e parecer dos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico” e do “Relatório de Factores Críticos de Decisão” do PDM de Ferreira do Zêzere.
- 02.11.2012 - Informação n.º 694/ARCH/2012 - Análise e parecer da Reformulação dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere – Património Arqueológico.

### Parecer:

Na sequência da apreciação da Proposta Final do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, constata-se o seguinte:

#### 1 – Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis:

- a) A Proposta Final do Plano apenas identifica o Património Classificado na Planta de Condicionantes, estando em falta a sinalização na Planta de Ordenamento do Património Arqueológico inventariado no Sistema de Informação Endovélico e publicado na Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere, bem como do património arquitetónico não classificado que se encontra descrito nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico, conforme o determinado no número 1 do Artigo 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, bem como na Alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º, alínea g) do Artigo 10.º e Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.

Saliente-se que os sítios arqueológicos e o património arquitetónico não classificado encontram-se descritos no Estudos de Caracterização e Diagnóstico – Relatório 11: Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural, Núcleos Urbanos e Rurais, e, estão sinalizados na Planta de Património Arquitetónico e na Planta do Património Arqueológico à escala 1:25 000.

Assim, de forma a estar em cumprimento com o disposto no número 1 do Artigo 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, bem como na Alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º, alínea g) do Artigo 10.º e Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio a Planta de Património Arqueológico e do Património Arquitetónico que acompanham o Relatório 11 dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico deverá ser transposta para a Planta de Ordenamento, por exemplo, fazendo-se um desdobramento desta última para o Património Arqueológico e para o Património Arquitetónico não classificado. Aliás, a localização e a identificação na cartografia do concelho é referida na página 67 do Relatório de Fundamentação da Proposta.

- b) Verifica-se que o Regulamento integra o Sistema Patrimonial, respetivamente o Património Classificado e o Património Arqueológico, contemplando algumas medidas de salvaguarda. Todavia, a sua redação necessita de correção de forma a estar em consonância com o disposto na Lei n.º 107/2001 de 8 de



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

setembro – *Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural*, pelo que foram alvo de revisão no presente parecer.

- c) No Relatório Ambiental constata-se que o Património Cultural foi integrado no Fator Crítico para a Decisão (FCD) *Património e Paisagem*.

Desta forma, e ainda que seja necessário proceder a algumas correções e adaptações, considera-se ter sido, genericamente, dado cumprimento ao disposto na legislação em vigor a este respeito, nomeadamente:

- N.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.
- Alínea h) do Artigo 2.º, alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.
- Alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º, alínea g) do Artigo 10.º e Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.
- N.º 6 do Artigo 3.º e alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho.

## **2 – Compatibilidade da Proposta de Plano com programas territoriais existentes**

Na área abrangida pelo PDM de Ferreira do Zêzere está em vigor a Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 de 6 de agosto que Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT).

O PROTOVT estabelece como orientações genéricas a necessidade de serem identificados e definidos os elementos que constituem o Património Cultural (arquitetónico e arqueológico), para os quais devem ser propostas medidas de proteção e valorização no âmbito do ordenamento territorial.

Refere igualmente que o Património Cultural deverá ser encarado como um eixo estratégico de desenvolvimento regional e um fator determinante na coesão territorial e no reforço da identidade regional, devendo o modelo territorial atender às potencialidades culturais e arqueológicas existentes valorizando os seus pontos fortes e atenuando ameaças.

Indica ainda as diretrizes a serem observadas na elaboração dos IGT, das quais se destacam as seguintes:

“1.1 - Inventariação dos elementos e valores patrimoniais e culturais (...)

1.2 - Integração de medidas de proteção ou valorização do património arquitetónico, paisagístico e arqueológico classificado e identificado.

1.3 - Identificação e registo das zonas de proteção (gerais e especiais) aos monumentos conjuntos e sítios classificados nos termos da Lei.

[...]

1.9 - Integração de cartas com o inventário do património (arquitetónico, arqueológico, etnográfico, classificado e inventariado) a serem fornecidas pelas entidades competentes.

1.10 - Integração das “Cartas de Subsolo” dos aglomerados e conjuntos urbanos de relevância patrimonial, fornecidas pelas entidades competentes onde sejam identificadas e delimitadas áreas de sensibilidade arqueológica estabelecendo as medidas de proteção e salvaguarda a aplicar.”

[...]

Faça ao acima exposto, da análise efetuada à Proposta de Plano considera-se que a mesma está, genericamente, em conformidade com as disposições e orientações do PROTOVT relativamente ao Património Cultural, faltando, porém, identificar o Património Arqueológico e o Património Arquitetónico Não Classificado na Planta de Ordenamento, conforme referimos supra na alínea a) do número 1.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

### 3 – Elementos que acompanham o Plano

#### 3.1 – Estudos de Caracterização e Diagnóstico: Enquadramento Territorial (fevereiro de 2018)

É efetuada uma curta reflexão sobre o conceito de Património Cultural, uma breve referência à origem do concelho de Ferreira do Zêzere, destacando-se os principais monumentos e tradições locais. Considera-se que face aos dados publicados na Carta Arqueológica do concelho de Ferreira do Zêzere e à informação descrita nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico poder-se-ia ter aprofundado o enquadramento histórico do concelho e ressalvado as potencialidades do Património Cultural neste território.

#### 3.2 – Estudos de Caracterização e Diagnóstico: Relatório 11 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural, Núcleos Urbanos e Rurais (fevereiro de 2018).

No âmbito da análise deste documento sugerem-se algumas correções/introduções que se encontram destacadas a itálico e a sublinhado:

- a) No Capítulo I – *Introdução – Património: Conceito e Dimensão* ainda que se refira que “Manter, conservar, reabilitar o Património são actos de cidadania. Traduzem o reconhecimento da nossa memória colectiva e contribuem para a valorização da identidade das populações e dos aglomerados.” salientando-se que “O património desempenha assim um papel importante na formação da nossa memória colectiva e na afirmação da nossa identidade.” (p.2), verifica-se que o conceito apresentado é confuso, mistura vários tipos de Património, nomeadamente, o natural com o cultural, não refletindo o conceito de Património Cultural à luz da legislação em vigor, nomeadamente, o exposto no Artigo 2º da Lei nº 107/2001 de 08 de setembro.

Constata-se igualmente que tanto no Capítulo I – *Introdução*, como no subcapítulo 1.1 – *Objetivos* a análise é focada no património arquitetónico e na reabilitação urbana, não se integrando o património arqueológico que tem uma elevada representatividade no concelho e que como tal deve igualmente ser salvaguardado e valorizado no âmbito das políticas de ordenamento do território municipal, de forma a perpetuar-se a memória coletiva e identitária da população, possibilitando simultaneamente a fruição pública deste bem cultural.

Apesar desta última ressalva, devemos referir que no subcapítulo 1.1 – *Objetivos* refere-se o seguinte “(...)Sendo o Município competente em matéria de salvaguarda do Património compete-lhe, em paralelo com os critérios definidos pela DGPC, *estabelecer políticas e estratégias de intervenção, que contribuam para a proteção, valorização e salvaguarda do seu Património. Deverá, o Município, dotar os seus serviços das condições necessárias à execução dessas políticas e à boa gestão do mesmo, competindo-lhe igualmente informar tecnicamente do ponto de vista do impacto das novas intervenções.*” (p.4.).

- b) No subcapítulo 1.2 – *Métodos de análise Organização do Estudo*, começa por referir-se que “Uma das preocupações centrais do presente PDM, foi a salvaguarda e valorização do património. Nesse sentido, foi efectuado um levantamento/inventário exaustivo de valores patrimoniais. Os elementos que integram esse inventário serão objecto de disposições regulamentares específicas tendo em vista a sua preservação e valorização.” (p.5).



# REPÚBLICA PORTUGUESA

CULTURA

## PATRIMÓNIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

Explica-se que “A cada valor patrimonial corresponde uma ficha de caracterização, que inclui, sempre que possível também fotografias, à qual foi atribuído um número, correspondente nas respetivas Plantas de Património Arquitetónico e Arqueológico. Estas fichas de caracterização são parte integrante deste relatório. O relatório está organizado e dividido segundo as Freguesias do Concelho ...” (p.5). Desta forma, são apresentadas as fichas de inventário para o:

- Património Arquitetónico Classificado;
- Património Arquitetónico - Inventário Municipal: arquitetura civil; arquitetura religiosa; Outros imóveis/elementos de interesse (moinhos de vento, açude, lagar, relógio de sol); Núcleos urbanos, rurais, conjuntos edificados.
- Património Arqueológico: Património arqueológico classificado; sítios arqueológicos (estações arqueológicas; leituras epigráficas; sepulturas e cabeceiras; marcos de delimitação de propriedade, achados isolados – num total de 134), seguindo a organização da Carta Arqueológica do Concelho Ferreira do Zêzere, publicada em 2006 e da autoria de Carlos Batata e de Paulo Arsénio.
- Património Natural.

Em termos de cartografia é remetida a Planta de Património Arqueológico com a implantação das estações arqueológicas, sepulturas e cabeceiras, leituras epigráficas e marcos de propriedade cuja localização é conhecida, bem como a Planta de Património Arquitetónico à escala 1:25 000.

**c) Relativamente às fichas de inventário do Património Arquitetónico – Inventário Municipal verifica-se que algumas necessitam de correção, respetivamente:**

- Arquitetura Civil

- C55 | Quinta do Adro com Capela de Nossa Senhora da Conceição – não há atualização da informação sobre este imóvel, tendo em conta que, entretanto, sofreu profundas alterações arquitetónicas para albergar um hotel que não são indicadas na descrição.

- Arquitetura Religiosa

Em alguns dos imóveis inventariados, certamente por lapso, na Categoria / Tipologia indica-se Arquitetura Residencial (exemplo nas páginas 118 a 126), por outro lado, não é efetuada a descrição dos seguintes imóveis religiosos:

- R01 | Capela de São José e Nossa Senhora de Fátima em Quebradas; R02 | Capela de Santa Rita de Cássica e de Santa Casta em Almogadel; R03 | Capela de Santa Catarina em Ovelheira; R04 | Capela de Nossa Senhora da Encarnação em Cumes; R05 | Capela de Santa Bárbara; R07 | Capela de São Sebastião e São Pedro em Jampestres; R08 – Capela de São João Degolado na Aldeia de Avecasta; R09 – Capela de N<sup>a</sup> Sra. da Saúde em Pereiro; R10 – Capela de Santa Apolónia em Telhadas; R11 – Capela de São Saturnino na Serra de São Saturnino; R12 – Capela de São Francisco em Milheiros; R13 – Capela de Sta. Eufémea e de N<sup>a</sup> Sra. da Luz em Vila Verde; R14 – Capela de N<sup>a</sup> Sra. de Fátima em Freixial; R15 – Capela de São Salvador em Matos; R16 – Capela de Santo Amaro em Gotijas; R19 – Capela de N<sup>a</sup> Sra. da Orada; R20 – Capela de Santo António; R21 – Capela de São Sebastião em Carril; R25 – Capela de São Luís em Courelas; R26 – Capela de Nossa Senhora da Conceição em Ereira; R27 – Capela de Santa Teresa; R28 – Capela de São Marcos; R29 – Capela de São Sebastião em Varela; R31 – Capela de Santo António; R38 – Capela do Hospital de Todos os Santos da Igreja Nova em Igreja Nova; R36 – Capela de Santo António; R40 – Capela de São João em Pombeira; R41 – Capela de São Silvestre em Portinha; R43 – Capela de Nossa Senhora da Conceição em Cardal.

- Outros imóveis/ elementos de interesse

Não se efetua a descrição dos seguintes elementos:

- 01 | Moinhos de Vento na Serra de Matos; 02 | Jazigo brasonado da família Sá e Mendonça.
- Núcleos urbanos, rurais, conjuntos edificados



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

Deverá proceder-se à localização em planta de\_02 | Troço da Calçada Romana e Ponte em Quebrada do Meio.

- d) No Capítulo 3 – *Património Arqueológico* efetua-se uma pequena reflexão sobre este destacando-o como “... um recurso territorial, de relevante importância para a memória e identidade das comunidades, conjugando a atuação e gestão sobre o território, em que importa articular os valores patrimoniais e científicos, com outros agentes de transformação do território. Uma organização e utilização racionais, do espaço, em paralelo com uma gestão coerente e planeada dos recursos nele existentes, deve apoiar-se num trabalho interdisciplinar de planeamento e estudo. É, portanto, essencial estabelecerem-se medidas de proteção, valorização e divulgação do Património Arqueológico, tal como do Património Arquitetónico, acautelando a sua salvaguarda e dos espaços envolventes.” (p.170).

Relativamente às Fichas de Inventário do Património Arqueológico verifica-se que foram introduzidos todos os sítios arqueológicos publicados na Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere, todavia, existem algumas estações arqueológicas inventariadas no Sistema de Informação Endovélico que não foram integradas nesta caracterização.

Comparativamente com a versão dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico alvo de parecer em 2012, constata-se que agora nas fichas do Património Arqueológico não é feita correspondência ao CNS (Código Nacional de Sítio) do Sistema de Informação Endovélico, não se entendendo porque é que este elemento foi retirado, devendo voltar a ser integrado.

Para além do CNS, constata-se que é necessário complementar ou introduzir alguma informação nas fichas de património arqueológico, respetivamente:

i. Complementar informação em algumas das fichas apresentadas, respetivamente:

- E02 – Fonte Seca, no item “Materiais” deverá retirar-se “2 sepulturas escavadas na rocha” e introduzir-se imbrices.
- E010 – São Saturnino, não é indicado o número de inventário da Carta Arqueológica – nº 20.
- E09 – Quebrada de Cima no item “Depósito de materiais” - IPA Torres Novas, deverá atualizar-se para DGPC – Extensão de Torres Novas.
- E14 – São Simão - no item “Depósito de materiais” - IPA Torres Novas, deverá atualizar-se para DGPC – Extensão de Torres Novas.
- E44 – Pinheiros I a descrição deste sítio deverá ser complementada com a informação disponibilizada no Sistema de Informação Endovélico, onde o Povoado dos Pinheiros se encontra inventariado com o CNS11709.
- SC18 – Pinheiros II ao contrário do referido na ficha de inventário no item “Outras Designações – Sepulturas de Pinheiros III (DGPC)” esta sepultura corresponde à sepultura de Pinheiros II inventariada no Sistema de Informação Endovélico com o CNS 12791. De igual forma, não corresponde às sepulturas de Pinheiros II e III inventariadas na Carta Arqueológica com o nº. 32-1 e 32-2 e no Endovélico com o CNS – 24812 (Pinheiros III).

ii. Cruzando os dados apresentados com o inventário do património arqueológico do Sistema de Informação Endovélico, constata-se que existem estações arqueológicas que não constam das tabelas apresentadas nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico. Os sítios arqueológicos em falta no inventário e na cartografia são os seguintes:



# REPÚBLICA PORTUGUESA

CULTURA

## PATRIMÓNIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

- Casas Velhas – CNS 13124 (povoado fortificado, freguesia de Chão);
- Castro da Avecasta – CNS 24772 (povoado fortificado, freguesia de Areias e Pias);
- Pessegueiro – CNS 33807 (vestígios de superfície, Areias e Pias);
- Marcos 1 – CNS 33810 (vestígios de superfície, Areias e Pias);
- São Marcos 3 – CNS 33810 (vestígios de superfície, Areias e Pias);
- Outeiro dos Pereiros – CNS 33958 (vestígios de superfície, Areias e Pias);
- Paio Mendes – CNS 34365 (habitat, Nossa Senhora do Pranto);
- Casal Ascenso Antunes – CNS 35936 (tesouro, Nossa Senhora do Pranto);
- Barrocos – CNS 36322 (oficina, Chão).

e) No Capítulo 5 – *Conclusão* a análise efetuada sobre o Património *é breve, debruçando-se sobre o Património Classificado e a reabilitação urbana, não havendo uma reflexão quer sobre o Património Arqueológico, o qual tem uma grande representatividade no concelho de Ferreira do Zêzere com 134 sítios inventariados com diversidade tipológica e cronológica, e, sobre o vasto património arquitetónico não classificado (religioso, civil e outros) cuja descrição é apresentada nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico. Este Património Cultural tem também um elevado peso neste território que deve ser integrado como opção estratégica no Modelo de Ordenamento Territorial, consistindo igualmente num importante recurso para a diversificação da oferta turística no âmbito do turismo cultural.*

### 3.3 – Proposta de Plano

#### 3.3.1 – Relatório de Fundamentação da Proposta (maio de 2018)

No âmbito da análise deste documento sugerem-se algumas introduções/correções que se encontram destacadas a *itálico* e a sublinhado:

a) No Capítulo 3 – *Enquadramento Legal – Planos de Hierarquia Superior*, e, no que diz respeito ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) são destacadas algumas orientações estratégicas para a gestão cultural/patrimonial do Oeste e Vale do Tejo, das quais destacamos as seguintes: b) Prevenir os riscos inerentes à possível perda irremediável dos valores patrimoniais; c) Preservar e valorizar o património e os valores culturais da Região (p.44).

Ainda no que concerne às diretrizes do PROT-OVT no âmbito dos Planos Diretores Municipais é destacado o seguinte:

“- A *integração de medidas de proteção ou valorização do património arquitetónico, paisagístico e arqueológico classificado e identificado.*

- A *obrigatoriedade de elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda previstos na lei, em parceria com os serviços da administração central responsáveis pelo património cultural, para os monumentos, conjuntos e sítios e estabelecer as medidas para a sua proteção e salvaguarda.*

- A *definição de estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos Centros Históricos (restrições à circulação automóvel, critérios de intervenção no edificado mais rigorosas e do espaço público, reforçar a função residencial), criando-se condições adequadas para a implementação de estruturas/entidades centradas na reabilitação urbana.”* (p.45).

Relativamente à Agricultura e Florestas acrescenta-se que “O PROT-OVT refere ainda nesta temática que, as Câmaras Municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais/processo de licenciamento, em



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

*áreas florestais com função de recreio e enquadramento paisagísticos são responsáveis por: (...) - Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais.” (p.44).*

- b)** No Capítulo 5 – *Condição Urbana*, integra-se o ponto intitulado “*Dinâmicas Culturais e Patrimoniais*” no qual se refere que “*O património arquitetónico, paisagístico e arqueológico e o planeamento e gestão urbanística devem estar interligados, sendo essencial identificar e avaliar a importância dos diversos fatores que se cruzam e, perceber as circunstâncias que rodeiam a intervenção municipal. (...) A salvaguarda do património deve ser encarada como parte fundamental na definição e aplicação dos instrumentos de planeamento e gestão urbanística.*” (p.62 e 63).

Neste Capítulo é efetuada uma breve referência ao Património Arquitetónico Classificado; ao Património Arquitetónico Inventariado; aos Núcleos Urbanos, Rurais e Conjuntos Arquitetónicos; e ao Património Arqueológico inventariado no concelho e descrito no Estudos de Caracterização e de Diagnóstico.

Relativamente ao Património Arqueológico menciona-se que este “... *é encarado, atualmente, como um recurso territorial, de relevante importância para a memória e identidade das comunidades, conjugando a atuação e gestão sobre o território, em que importa articular os valores patrimoniais e científicos, com outros agentes de transformação do território. (...) Pela sua natureza, são zonas suscetíveis a serem destruídas por ações de revolvimento dos subsolos, pelo que é importante incluir no âmbito do planeamento, mecanismos de preservação, com o objetivo da sua identificação e salvaguarda.*

*A identificação e localização dos sítios arqueológicos, na cartografia concelhia, permite, também a criação de estruturas de valorização patrimonial capazes de suportar a sua exploração turística, contribuindo para a projeção da imagem cultural do concelho.” (p.67)*

- c)** No Capítulo 10 - *Análise SWOT e tendo em conta que os Estudos de Caracterização e Diagnóstico para o Património Cultural do concelho, espelham a importância que este tem no concelho de Ferreira do Zêzere, considera-se que o mesmo deve ser indicado como um Ponto Forte e uma Oportunidade.*

- d)** No Capítulo 11 – *Opções Estratégicas de Desenvolvimento* enquadra-se no Objetivo Geral – “*Valorizar o papel do concelho de Ferreira do Zêzere no quadro das dinâmicas económicas e territoriais que se revelam dominantes na área do interior centro Português designadamente (...) de uma valorização dos recursos culturais (...)*” (p.102).

Já como um *Objetivo Estratégico* indica-se “*Promover novos eixos de sustentabilidade dos espaços rurais e dos espaços urbanos garantindo (...) uma valorização turística e lúdica dos recursos naturais e culturais presentes;*” (p.102). *Ora, para uma valorização do património cultural do concelho (arquitetónico e arqueológico) com o objetivo de dinamizar o turismo cultural neste concelho, deverá existir a montante uma estratégia de proteção e salvaguarda desse mesmo património no âmbito do planeamento e gestão urbanística neste território, pelo que esta deverá também constar como um objetivo.*

- e)** No Capítulo 12 – *Modelo de Organização Territorial* refere-se que o “*O Concelho destaca-se assim, pela sua beleza natural proporcionada, em parte, pelo rio Zêzere e pela vasta mancha florestal que lhe conferem excelentes potencialidades turísticas, a par do diversificado património arqueológico, religioso e arquitetónico de que são exemplo, a Gruta de Avecasta, a Torre de Dornes, a Igreja de N<sup>a</sup> Sra. da Graça entre outros imóveis classificados.*





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

*A proposta de Modelo de Organização Territorial vem reforçar precisamente essa riqueza e diversidade, apostando na promoção e preservação dos recursos e valores ambientais, naturais, paisagísticos e culturais, assegurando-se a vertente ambiental, económica e social. Propõe-se assim, dar respostas aos problemas identificados no território, em especial no âmbito da contenção das áreas urbanas e na qualificação do espaço público, associando-se a revitalização das paisagens naturais, através (...) na valorização cultural da paisagem de Dornes, na Gruta de Avecasta entre outros elementos patrimoniais bem como, naquilo que é a preservação das paisagens ecológicas em particular dentro do limite da Rede Natura 2000.” (p.105).*

*Ora, considera-se que efetivamente o Património Cultural inventariado nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico, para além de ser estruturante na identidade e na memória coletiva da comunidade, constitui um efetivo recurso de desenvolvimento deste território no âmbito do turismo cultural, que deve ser salvaguardado, valorizado e explicitamente considerado como uma opção estratégica no Modelo de Ordenamento Territorial, enquadrado numa política cultural de desenvolvimento integrado que promova uma dinâmica cultural, social e económica.*

*O Património Cultural do concelho é rico e diversificado, não se reduzindo à Gruta da Avecasta e à Torre de Dornes sinalizadas na Figura 27, as quais pela sua importância patrimonial e científica podem efetivamente funcionar com ancoras de desenvolvimento ao nível do Turismo Cultural e devem obviamente ser alvo de projetos de valorização. Nas suas várias valências o Património Cultural é facilmente integrado em roteiros patrimoniais, os quais se podem interligar com o Turismo de Natureza e os percursos pedestres já implementados em algumas zonas do concelho.*

f) No ponto *Classificação e Qualificação do Solo* que integra o Capítulo 12 – *Modelo de Organização Territorial*, destaca-se a definição de Solo Rústico – “O Solo rústico representa aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destina essencialmente ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração dos recursos naturais, culturais e/ou turísticos e que, ainda que ocupado por infraestruturas, não seja classificado como urbano.” (p.118).

Na classe de Solo Rústico integra-se a *Categoria de Espaço - Espaços Naturais e Paisagísticos*, na qual se insere na subcategoria de espaço - a Gruta da Avecasta (Quadro 17 - Síntese das classes, categorias e subcategorias de espaço propostas), definida como “... área de património classificado como Sítio de Interesse Público, incluindo a área do sítio arqueológico e a respetiva zona de proteção, e que assume um valor de raridade em termos de preservação paleoambiental com interesse científico, nomeadamente a nível arqueológico.” (p.127).

*Ora face, à riqueza e diversidade do Património Cultural, com uma elevada representatividade em todo o concelho, nomeadamente, o arqueológico, considera-se que para além do Solo Rústico e do Solo Urbano devem ainda ser considerados no ordenamento do território os Valores Culturais.*

g) No Capítulo 13 – *Estrutura Ecológica Municipal*, integra-se o ponto relativo ao Sistema Complementar, mencionando-se que este “... constitui-se essencial para a continuidade da salvaguarda de outros valores culturais e de outras paisagens de interesse para o município, que são parte integrante do seu carácter natural e paisagístico.” (p.168) e onde se integram os Corredores Culturais, referindo-se que “...estes trilhos devem constar do Sistema Complementar da EEM pois, têm a importante função de proteção e valorização do património cultural e paisagístico do território, dinamizando e promovendo aquilo que é a aproximação do homem à natureza, na medida em que o informa sobre a fauna e flora, entre outras



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

*caraterísticas consideradas relevantes, que ocorrem ao longo do percurso pedestre. Considera-se, deste modo que a rede dos Corredores Culturais valoriza, de forma natural, as áreas delimitadas na EEM, reforçando o valor a existência da mesma no concelho de Ferreira do Zêzere.”(p.168), indicando-se 6 trilhos (p.169 e 170).*

**h)** No Capítulo 16 – Anexos constam tabelas onde é listado o Património Cultural Inventariado (p.187 a 193), respetivamente: Património Arquitetónico Civil; Património Arquitetónico Religioso, Património Arqueológico.

### **3.3.2 – Programa de Execução e Plano de Financiamento (maio de 2018)**

**a)** No subcapítulo 2.2 - *Valorização ambiental e da Paisagem*, destacam-se nas Ações a desenvolver:

e) Parque Ecológico na “Serra do Concelho” – reflorestação do perímetro florestal do Castro com espécies arbóreas endógenas. Devemos desde já salientar que este projeto de reflorestação deve ser remetido previamente à Tutela do Património Cultural para análise e parecer, de forma a ser devidamente salvaguardado o património arqueológico desta zona.

g) Centro de Interpretação da Gruta de Avecasta a instalar nesta povoação. (p.8), considera-se um investimento de elevada importância para a divulgação junto da comunidade local e dos turistas que visitam o concelho deste importante sítio arqueológico do concelho e da paisagem que integra.

**b)** No subcapítulo 2.3. – *Qualificação Urbana* destaca-se a seguinte Ação a desenvolver: f) Requalificação das povoações de Dornes e de Avecasta, para as quais será elaborado plano de pormenor de salvaguarda;

**c)** No subcapítulo 2.6 – *Turismo, Cultura e Lazer*, destaca-se como sendo um dos Objetivos: - Valorizar o património arquitetónico e arqueológico enquanto elementos potenciadores de vários produtos turísticos. Referem-se várias Ações: Desenvolvimento de Rotas e percursos turísticos temáticos; Desenvolvimento de Sinalética nos Monumentos, e, Desenvolvimento de Sinalética nos Percursos Pedestres; Execução de Rotas e Percursos em Património Natural (p.13).

**d)** No Capítulo 4 – Programação, financiamento e exequibilidade das ações verifica-se que para algumas das ações propostas, como é o caso do Centro de Interpretação da Gruta de Avecasta e do Desenvolvimento de Rotas e percursos turísticos temáticos, não é porém apresentada a respetiva estimativa orçamental.

De igual forma, considera-se que o Programa de Execução e o Plano de Financiamento deveria prever mais verbas para ações de investigação, atualização, proteção, valorização e divulgação do património cultural, em particular do arqueológico.

Destacamos alguns exemplos: criação de roteiros arqueológicos no concelho, onde aliás pode igualmente ser integrado o património natural; dar continuidade à Carta Arqueológica do Concelho, que pelas suas características é um documento sempre em aberto; organização de exposições temporárias de arqueologia com vista à divulgação do património arqueológico junto da comunidade local e dos que visitam o concelho; investimento em projetos de investigação de arqueologia que estudem e valorizem os sítios arqueológicos do concelho, com destaque para aqueles que se integram na pré-história, na proto-história, ou, na idade média, e cujos resultados poderiam ser potenciados para o Turismo Cultural do município.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

#### 4 – Elementos que constituem o Plano

Ainda que seja contemplado o Património Cultural, nomeadamente o arqueológico, considera-se que o articulado deve ser revisto de acordo com as introduções e correções que se encontram sinalizadas a cor cinzenta, em *itálico* e a sublinhado:

##### 4.1– Regulamento (fevereiro de 2018)

a) No Artigo 2º - *Objetivos Estratégicos* integra-se o número 5. “Potenciar as aptidões territoriais distintas num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial:

- a) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores; (...)
- d) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos percursos associados aos valores naturais e culturais; (...)
- e) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural-geológico e biológico -, arquitetónico e arqueológico;”

b) No Artigo 3º - *Composição do Plano*, respetivamente, na alínea b) – *Planta de Ordenamento* do número 1 constata-se que na Planta de Ordenamento *não estão sinalizados os sítios arqueológicos, pelo que os mesmos deverão ser inseridos e devidamente legendados. Estes devem incluir todos os sítios arqueológicos inventariados no Sistema de Informação Endovélico e os publicados na Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere, a maioria dos quais constam, aliás, dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico. Deverá igualmente ser identificado e legendado o património arquitetónico não classificado que se encontra no Relatório 11, conforme referimos no ponto 1 do presente parecer.*

c) No Título III *Salvaguarda*, é integrado o Capítulo II – *Sistema Patrimonial*, ora, o Artigo 23º - *Identificação*, *apenas refere os bens imóveis, deverá ser reformulado de acordo com o exposto no Artigo 2º - Conceito e âmbito do património cultural da Lei nº 107/2001 de 08 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção de valorização do património cultural.*

d) É também integrado no Capítulo II – *Sistema Patrimonial* a Secção II – *Património Arqueológico*:

i) *a redação dada ao Artigo 26º - Identificação ainda que tenha como base o número 1 e 2 do Artigo 74º da Lei 107/2001 de 08 de setembro não está completamente correta, não explanando corretamente o conteúdo do número 2, nomeadamente, os “... sítios valorizados, bens imóveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso...”, pelo que deverá ser reformulada.*

ii) *de igual forma, os números 1 e 2 do Artigo 27º - Regime deverão ser reformulados de forma a estarem em concordância com o disposto na Lei nº 107/2001 de 08 de setembro, bem como no Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos propondo-se a seguinte redação:*



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

1. Os trabalhos arqueológicos devem, de acordo com a legislação em vigor, ser realizados por arqueólogos devidamente autorizados pela entidade competente mediante a submissão do respetivo Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos.

2. Ao Património Arqueológico conhecido, aplica-se a legislação em vigor e as seguintes disposições:

a) Deve ser privilegiada a proteção, conservação e, se possível, a valorização dos vestígios arqueológicos nele existentes;

b) Qualquer edificação ou modificação de solos fica condicionada à realização prévia de trabalhos arqueológicos e respetivo parecer da entidade competente do Património Cultural, devendo procurar-se manter o uso atual do solo.

c) A transformação de solos, revolvimento ou remoção de terrenos no solo, bem como a demolição ou modificação de construções, têm que cumprir a legislação em vigor para a salvaguarda do património arqueológico.

d) A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere deverá certificar-se de que os trabalhos por si licenciados que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terrenos no solo, ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, cumprem a legislação vigente para a salvaguarda do património arqueológico.

3. Ao património arqueológico que venha ser identificado no decurso de obras, aplica-se o seguinte:

a) Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer obra é obrigatória a comunicação imediata à entidade de tutela competente e à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, ficando os trabalhos em curso imediatamente suspensos, nos termos e condições previstos na legislação aplicável à proteção e valorização do património cultural.

b) A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere suspende a execução de obras em curso sempre que no decorrer dos respetivos trabalhos se identifiquem vestígios arqueológicos, devendo comunicar-se o aparecimento à Tutela do Património Cultural.

c) O tempo de duração efetivo da suspensão dá direito à prorrogação automática por igual prazo da execução da obra, para além de outras providências previstas na legislação em vigor.

d) Os trabalhos suspensos só podem ser retomados após parecer da entidade da Tutela competentes.

e) As intervenções arqueológicas necessárias devem ser integralmente financiadas pelo respetivo promotor da obra, em acordo com a legislação em vigor.

Propõem-se ainda que seja acrescentado o seguinte benefício:

No caso da realização de trabalhos arqueológicos o promotor do projeto pode solicitar a isenção de taxas municipais de licenciamento e ocupação de via pública (caso seja aplicável) e a isenção de IMI por um período de 2 anos.

Deverá ainda ser acrescentado um artigo subordinado à legislação aplicável ao Património Arqueológico:

- Lei nº 107/2001 de 8 de setembro - Bases da Política e Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Decreto do Presidente da República nº 74/97 de 16 de dezembro – Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (La Valetta, Malta, 1992);
- Decreto-Lei nº 164/97 de 27 de junho – Património cultural subaquático;



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

▪ Lei nº 121/99 de 20 de agosto – Utilização de Detetores de Metais.

e) No Título IV - *Uso do Solo* é incluído o Capítulo I - *Classificação e Qualificação do Solo*, propondo-se, tendo em conta a riqueza patrimonial deste concelho e o facto de na proposta de revisão apostar-se na valorização dos recursos culturais, a introdução no Artigo 30º - Classes e categorias de uso do solo da seguinte redação: Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, o Plano, além de classificar o solo em rústico e urbano, identifica ainda os valores culturais, (...), cujos regimes são definidos no presente regulamento em capítulos próprios, impondo restrições adicionais ao regime de utilização e ocupação.

f) No Título V – *Solo Rústico*, e no que diz respeito à salvaguarda do Património Arqueológico, é de destacar o número 6. do Artigo 43º - Princípios “*As ações de ocupação, uso e transformação no solo rústico, incluindo as práticas agrícolas e florestais e de aproveitamento de recursos energéticos e geológicos, devem ter em conta a presença dos valores naturais, paisagísticos e arqueológicos que interessa preservar e qualificar, com vista à manutenção do equilíbrio ecológico e da preservação da identidade, devendo optar pela utilização de tecnologias ambientalmente sustentáveis e adequadas aos condicionalismos existentes.*” (p.39).

De referir igualmente o Artigo 44º - *Utilizações e intervenções interditas* tem a seguinte redação: “*Carecem de prévia aprovação da Câmara Municipal ou da respetiva tutela, as utilizações e intervenções que diminuam ou destruam as potencialidades agrícolas e silvícolas dos solos e o seu valor ambiental, paisagístico e ecológico, nomeadamente: a) As mobilizações de solo, alterações do perfil dos terrenos, técnicas de instalação e modelos de exploração, suscetíveis de aumentar o risco de degradação dos solos e de destruição de vestígios arqueológicos;*” (p.40)

g) No Capítulo II – *Turismo em solo rústico*, respetivamente na Secção II – *Núcleo de Desenvolvimento Turístico*, destaca-se o número 2 do Artigo 50º - *Condições Gerais* - “*Em solo rústico é admitida a criação de núcleos de desenvolvimento turístico, desde que garantida a sua compatibilidade com as condicionantes ambientais e patrimoniais e demonstrada a sua conformidade com os princípios e regras de ordenamento.*”

h) No Capítulo V – *Espaços naturais e paisagísticos* é integrado no Artigo 65º - *Identificação* a alínea c) “*Gruta de Avecasta, que se refere à área de património classificado como Sítio de Interesse Público, incluindo a área do sítio arqueológico e a respetiva zona de proteção, e que assume um valor de raridade em termos de preservação paleoambiental com interesse científico. nomeadamente a nível arqueológico*” (p.55), sendo no Artigo 66º - *Uso e Ocupação do solo* interdita vários usos e ações que desta forma também salvaguardam o sítio arqueológico.

i) No final do Regulamento e como Anexo deverá apresentar-se a listagem com o Património Cultural do Concelho de Ferreira do Zêzere, conforme é efetuado no Relatório do Plano e que permite estabelecer relação direta com o Património Cultural sinalizado na Planta de Ordenamento.

#### 4.2 – Planta de Condicionantes

Verifica-se que estão sinalizados os elementos do Património Cultural que se encontram classificados.

#### 4.3– Planta de Ordenamento



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

A Planta de Ordenamento à escala 1:25 000 não sinaliza o Património Cultural não classificado, nomeadamente, o Património Arqueológico inventariado no Sistema de Informação Endovélico e publicado na Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere, pelo que o mesmo deverá ser inserido e devidamente legendado, permitindo a correspondência com a listagem que deverá integrar como Anexo o Regulamento supra referida.

## 5– Avaliação Ambiental Estratégica

### 5.1 Relatório Ambiental (maio de 2018)

No âmbito da análise do Relatório Ambiental propõem-se algumas introduções e correções que se encontram sinalizadas em *itálico* e a sublinhado.

a) Consta-se que o Património Cultural foi integrado no Fator Crítico para a Decisão (FCD) *Património e Paisagem*, visando avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores paisagísticos e patrimoniais, incluindo os valores arquitetónicos e arqueológicos (p.37).

b) No subcapítulo 6.4 – FCD – Património e Paisagem é apresentado o Quadro 42 – *Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores para o FCD: Património e Paisagem*, integrando-se o Património Arquitetónico e Arqueológico, destacando-se o seguinte:

▪ **Objetivos de Sustentabilidade:**

- Preservação e valorização do Património arquitetónico e arqueológico.
- Preservação de edifícios históricos e outras características culturais importantes.
- Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos. Neste ponto deverá acrescentar-se: em articulação com a valorização e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico. Propõe-se que seja ainda acrescentado: Promover a divulgação do património arqueológico junto da comunidade.

▪ **Indicadores:** Nº Imóveis classificados e em vias de classificação; Nº sítios arqueológicos classificados; Estações Arqueológicas Classificadas – será certamente um lapso, deverá substituir-se por Nº Estações arqueológicas inventariadas; Nº achados isolados inventariados; Nº imóveis de interesse municipal inventariados; obras em edifícios históricos; número de projetos de regeneração urbana aprovados para centros históricos; estabelecimento de rotas turísticas em torno do património cultural.

Propõe-se ainda a introdução do seguinte: Normas de proteção e valorização do património arquitetónico; Normas de proteção e valorização do património arqueológico; Nº. de imóveis reabilitados.

▪ **Fontes de Informação:** Está em falta a indicação da DGPC, nomeadamente, ao nível da consulta das bases de dados patrimoniais.

c) No subcapítulo 6.4.2 – *Situação existente e análise tendencial*, respetivamente no Quadro 42 - Património arquitetónico classificado e em vias de classificação, deverá integrar-se a Gruta da Avecasta, e, na *Fonte* deverá substituir-se IGESPAR, por DGPC.

Também na página 98 deverá substituir-se “Estações arqueológicas classificadas” por Estações Arqueológicas Inventariadas, devendo reformular-se igualmente a redação deste parágrafo pois são inventariadas um total de 134 estações arqueológicas, que obviamente incluem as sepulturas, as inscrições, as estelas, os marcos, os achados isolados.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

De igual forma, a redação do item “Imóveis de interesse municipal inventariados” deverá ser alvo de reformulação de acordo com os dados coligidos nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico.

d) No subcapítulo 6.4.3 – *Análise SWOT é integrado o Quadro 45 – Análise SWOT do FCD – Património e Paisagem*, sendo elencado como:

▪ Pontos fortes: “Existência de património arquitetónico classificado; Gruta da Avecasta; Variedades e Riqueza Paisagística”

Propõe-se que seja acrescentado: Existência de sítios arqueológicos com diversidade tipológica e cronológica; Existência de sítios arqueológicos com características para integrarem roteiros patrimoniais e serem alvo de valorização; Existência de património arquitetónico (civil, religioso) de interesse municipal; Povoação de Dornes e da Avecasta.

▪ Pontos Fracos: “Inexistência de património municipal classificado” (!?); “Carência de ligação entre os diversos recursos turísticos (histórico-culturais-naturais).”

Propõe-se que seja acrescentado o facto de não haver investimento em projetos de investigação ao nível do património arqueológico, que para além do conhecimento científico, permitam a valorização e divulgação junto da comunidade dos contextos arqueológicos identificados.

▪ Oportunidades: “Valorização turística do património e paisagem; criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais; Manutenção do mosaico diversificado da paisagem; Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso.”

Propõe-se que seja acrescentado:

- Criação de roteiros arqueológicos onde se destaque igualmente a paisagem onde se implantam.

- Criação de roteiros temáticos relativos ao património arquitetónico civil, ao património arquitetónico religioso e património etnográfico.

- Desenvolvimento de projetos de investigação de Arqueologia que para além do conhecimento científico, permitam a valorização e divulgação junto da comunidade dos contextos arqueológicos identificados.

- A reabilitação dos centros urbanos pode ser uma oportunidade para identificar elementos do património cultural arquitetónico e arqueológicos inéditos que venham a integrar roteiros do Turismo Cultural.

▪ Ameaças: Não são indicadas. Propõe-se a inclusão do seguinte: Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos da administração local e central para a salvaguarda do património arqueológico.

e) No subcapítulo 6.4.5 – *Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos* é destacada a “Promoção do património e recursos do concelho a nível local e global (!?), sensibilizando para a preservação e valorização dos mesmos.”; “Maior aproximação do público ao património, potenciando a sua preservação e valorização.” Ora, conforme análise supra efetuada no ponto 3.3.1 – Relatório de Fundamentação da Proposta, considera-se que o Património cultural deverá ser considerado como opção estratégica, constituindo uma oportunidade de desenvolvimento através da sua valorização, mas devendo sempre ser protegido e salvaguardado.

f) No subcapítulo 6.4.6 – *Diretrizes para o seguimento/Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano*, constam, a título de exemplo, as seguintes:



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

▪ “Elaboração de uma carta arqueológica”, ora, deve sim constar Dar continuidade à Carta Arqueológica do Concelho, tendo em conta que é um documento que carecerá sempre de atualização e cuja consulta é indispensável no âmbito do ordenamento do território.

▪ “Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infraestruturação), terá de ser comunicado às entidades municipais responsáveis pelo património cultural.”, Deverá sim ser dado cumprimento ao disposto no Artigo 77º da Lei 107/2001 de 08 de setembro, e, ao proposto supra no articulado do Regulamento para o Sistema Patrimonial – património arqueológico.

▪ “Classificar, qualificar e reabilitar o património dos fontanários existentes” (!?), obviamente que os fontanários do concelho devem ser mantidos, mas os fontanários nem sequer são destacadas ao nível do Património nos Estudos de Caracterização e de Diagnóstico.

Assim, propõe-se que se inclua o seguinte:

- Dotar os principais elementos do património construído com painéis informativos sobre os mesmos, promovendo o conhecimento e a divulgação cultural do concelho.

- Monitorizar a preservação e conservação do património arquitetónico inventariado.

- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais do concelho.

- Promover a divulgação do património arqueológico do concelho junto da comunidade, por exemplo, através de visitas guiadas a estações arqueológicas e de exposições temporárias de arqueologia.

- Definição de condicionantes arqueológicas no âmbito dos licenciamentos e operações urbanísticas e florestais emitidos pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere.

g) No Capítulo 8 – Programa de gestão e Monitorização Ambiental deverá na tabela da página 162 e da página 167 substituir-se IGESPAR, por DGPC. Ainda na tabela da página 162 deverão ser incluídos os Indicadores referidos na alínea b).

6. Em face do exposto, propõe-se que relativamente à proposta final de Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere, a DGPC emita parecer favorável condicionado à inclusão das orientações, correções e contributos referidos nos pontos 3.1; 3.2.; 3.3.1; 3.3.2; 4.1 e 4.3, bem como no Relatório Ambiental.

Conforme indicações da CCDR-LVT expressas no email de 19-07-2018 o prazo final para a emissão do parecer é o próximo dia 29 de setembro, solicitando-se o seu envio para os seguintes endereços eletrónicos: ordenamento@ccdr-lvt.pt; joão.frias@cm-ferreiradozezere.pt

A CCDR-LVT solicita que o parecer lhe seja remetido em formato editável.

À consideração superior

Sandra Lourenço  
Técnica Superior

25.09.2018